

I – HOMOLOGAR o resultado do procedimento licitatório, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.001/2016-CPL/MP/PGJ – SRP, em consonância com a ata de realização do cotejo e demais documentações complementares;

II – À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, para as providências cabíveis;

III – Após, ao SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS – SCS para prosseguimento do feito.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), 11 de março de 2016.

JEFFERSON NEVES DE CARVALHO
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Ordenador de Despesas

COMISSÕES

EDITAL Nº 014/2016-PGJ

MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONCURSO PARA INGRESSO À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

EDITAL N.º 014/2016-PGJ

O PRESIDENTE DA COMISSÃO EXAMINADORA PARA O CONCURSO PÚBLICO DE INGRESSO NA CARREIRA DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, torna pública a RELAÇÃO DOS PONTOS das disciplinas de Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Constitucional e Direito Administrativo a serem sorteados na prova oral, cujo conteúdo programático foi reagrupado conforme a conexão entre os pontos e numerado para facilitar a realização do sorteio. Não houve inclusão ou retirada de pontos. O conteúdo programático das referidas disciplinas fica assim ordenado:

DIREITO PENAL:

1. Princípios constitucionais penais.
2. Norma penal: analogia, lei penal em branco, lei penal no tempo, lei penal no espaço e conflito aparente de leis.
3. Tipicidade: noções gerais, evolução histórica, bem jurídico-penal, tipicidade formal e material, desvalor da ação e do resultado, teorias da conduta, ação e omissão, ausência de conduta, nexo de causalidade, resultado, imputação objetiva, dolo, elementos subjetivos especiais e culpa, classificação dos tipos penais e das infrações penais, erro de tipo incriminador.
4. Ilícitude/antijuridicidade: noções gerais, o caráter subsidiário e fragmentário do Direito Penal, intercomunicação das instâncias penal e extrapenal, causas de justificação, estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal, exercício regular de direito, consentimento do ofendido, colisão de deveres, discriminantes putativas fáticas.
5. Culpabilidade: noções gerais, princípio de culpabilidade, evolução histórica, elementos (imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa), causas de inimputabilidade, erro de proibição direto e indireto e erro de mandado, coação moral irresistível, obediência hierárquica, objeção de consciência, desobediência civil, co-culpabilidade, responsabilidade penal da pessoa jurídica.
6. Consumação e tentativa: iter criminis, fundamento da punição da tentativa, desistência voluntária e arrependimento eficaz, arrependimento posterior, crime impossível, delito putativo, agente provocador.
7. Concurso de pessoas: autoria e participação, formas e

requisitos, coautoria, circunstâncias comunicáveis.

8. Penas: espécies, cominação, aplicação, execução (Lei n.º 7.210/84 e alterações), transação penal e suspensão condicional do processo (Lei n.º 9.099/95 e alterações), suspensão condicional da pena, livramento condicional, efeitos da condenação, reabilitação.

9. Concurso de crimes: concurso material, concurso formal, crime continuado, aberratio ictus e aberratio criminis.

10. Medidas de segurança: conceito, sistemas, espécies, aplicação, duração.

11. Execução penal: noções gerais, execução das penas em espécie (regimes e remição), incidentes da execução. Punibilidade: extinção da punibilidade (fundamento e causas), escusas absolutórias e condições objetivas de punibilidade.

12. Crimes em espécie: Crimes contra a pessoa (arts. 121 a 154-B do CP e Lei nº 2.889/56 e alterações).

13. Crimes contra o patrimônio (arts. 155 a 183 do CP).

14. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos (arts. 208 a 212 do CP).

15. Crimes contra a dignidade sexual (arts. 213 a 234-B do CP).

16. Crimes contra a família (arts. 235 a 249 do CP).

17. Crimes contra a incolumidade pública (arts. 250 a 285 do CP).

18. Crimes contra a paz pública (arts. 286 a 288-A do CP).

19. Crimes contra fé pública (arts. 289 a 311-A do CP).

20. Crimes contra a administração pública (arts. 312 a 359-H do CP).

21. Crimes de abuso de autoridade (Lei n.º 4.898/65 e alterações).

22. Crimes de drogas (Lei n.º 11.343/2006 e alterações).

23. Crimes hediondos (Lei n.º 8.072/90 e alterações).

24. Violência doméstica (Lei n.º 11.340/2006 e alterações).

25. Crimes eleitorais (Leis nº 4.737/65 e nº 6.091/74 e alterações).

26. Crimes contra as ordens tributária e econômica e contra as relações de consumo (Leis nº 8.078/90, nº 8.137/90 e nº 8.176/91 e alterações).

27. Contravenções penais (Decreto-Lei n.º 3.688/41 e alterações).

28. Crimes falimentares (Lei nº 11.101/2005 e alterações).

29. Crimes de trânsito (Lei nº 9.503/97 e alterações).

30. Crimes ambientais (Leis n.º 9.605/98 e nº 11.105/2005 e alterações).

31. Estatuto do desarmamento (Lei n.º 10.826/2003 e alterações).

32. Crimes resultantes de preconceito de raça ou cor (Lei nº 7.716/89 e alterações).

33. Crimes de lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/98 e alterações).

34. Crimes de tortura (Lei n.º 9.455/97 e alterações).

35. Crime organizado (Lei n.º 12.850/2013) e a Convenção de Palermo (Decreto nº 5.015/04).

36. Crimes contra crianças e adolescentes (Lei nº 8.069/90 e alterações).

37. Crimes contra os idosos (Lei nº 10.741/2003 e alterações).

38. Crimes de agentes políticos municipais (Decreto-Lei nº 201/67 e alterações).

DIREITO PROCESSUAL PENAL:

1. Princípios gerais do Direito. Princípios processuais penais.
2. Direitos e garantias processuais penais presentes na Constituição Federal, em normas infraconstitucionais e em tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil.
3. Sistemas processuais penais.
4. Lei processual no tempo. Lei processual no espaço. Lei processual em relação às pessoas.
5. Lei processual e sua interpretação. Fontes do direito processual penal.
6. Acesso à justiça penal.
7. Investigação criminal policial (inquérito policial). Investigação

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Carlos Fábio Braga Monteiro
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Pedro Bezerra Filho
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Jefferson Neves de Carvalho
Corregedor-Geral do Ministério Público:
José Roque Nunes Marques
Secretária-Geral:
Leda Mara Nascimento Albuquerque

Câmaras Cíveis
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Antonina Maria de Castro do Couto Valle
Maria José da Silva Nazaré

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Léllo Launa Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Carlos Antônio Ferreira Coêlho
Maria José Silva de Aquino
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Alberto Nunes Lopes
Silvânia Maria Mendonça Pinto dos Santos
Públio Calo Bessa Cyrino
José Hamilton Saraiva dos Santos
Noeme Tobias de Souza
José Roque Nunes Marques
Francisco das Chagas Santiago da Cruz

CONSELHO SUPERIOR

Carlos Fábio Braga Monteiro (Presidente)
José Roque Nunes Marques
Flávio Ferreira Lopes
Jussara Maria Pordeus e Silva
Públio Calo Bessa Cyrino
Antonina Maria de Castro do Couto Valle
José Hamilton Saraiva dos Santos

OUVIDORIA

Rita Augusta de Vasconcellos Dias

criminal extrapolicial. Verificação preliminar de informação. Identificação criminal.

8. Sujeitos da persecução penal.

9. Teoria geral do processo penal.

10. Ação penal.

11. Ação civil ex delicto. Ação de execução ex delicto.

12. Jurisdição. Competência.

13. Questões e processos incidentes. Medidas cautelares patrimoniais.

14. Comunicação dos atos processuais.

15. Prisão cautelar, medidas cautelares diversas da prisão e liberdade provisória.

16. Teoria geral da prova penal. Prova penal típica e atípica.

17. Processo penal. Teoria geral dos procedimentos. Procedimentos em espécie.

18. Sentença penal e demais atos judiciais. Coisa julgada.

19. Teoria geral das Nulidades. Nulidades em espécie.

20. Teoria geral dos recursos.

21. Recursos em espécie. Correição parcial. Reclamação. Ações de impugnação (mandado de segurança, habeas corpus e revisão criminal).

22. Relações internacionais com autoridade estrangeira.

DIREITO CONSTITUCIONAL:

1. Constituição e Direito Constitucional: conceitos de Constituição; noções gerais.

2. Ciclos constitucionais; classificação das Constituições.

3. Divisão do Direito Constitucional; relação do Direito Constitucional com outras disciplinas jurídicas.

4. Fontes do Direito Constitucional.

5. Evolução histórica das constituições brasileiras.

6. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

7. Princípios fundamentais da República: fundamentos; poderes; objetivos; princípios.

8. Poder Constituinte: poder estatal e poder constituinte; espécies de poder constituinte; poder constituinte e revolução.

9. Controle de constitucionalidade das leis e Constitucionalismo: Jurisdição constitucional; supremacia da Constituição; controle político e controle jurisdicional; a doutrina das questões políticas; tipos de controle de constitucionalidade no direito brasileiro; espécies de controle de constitucionalidade no direito brasileiro; ações declaratórias de inconstitucionalidade e constitucionalidade; ação de inconstitucionalidade por omissão; ação interventiva e ação de descumprimento de preceito fundamental.

10. A súmula com efeito vinculante.

11. Normas constitucionais, eficácia e aplicabilidade.

12. Interpretação constitucional: interpretação e construção; a doutrina dos poderes implícitos.

13. O preâmbulo das Constituições.

14. Direitos e garantias fundamentais: teoria geral dos direitos fundamentais; direitos individuais e coletivos; direitos econômicos e sociais; direitos de solidariedade; efetividade e funcionalidade dos direitos fundamentais; espécies de direitos fundamentais.

15. Perspectivas subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais; sujeitos dos direitos fundamentais.

16. Limites e restrições aos direitos fundamentais; proibição de retrocesso social.

17. Direitos Humanos e tratados internacionais protetivos.

18. Garantias e remédios constitucionais: direito de petição e certidão; Habeas corpus; Habeas data; mandado de segurança individual e coletivo; mandado de injunção; ação popular e ação civil pública.

19. Nacionalidade e cidadania: aquisição, perda e reconhecimento da nacionalidade; espécies; condição jurídica do estrangeiro.

20. Direitos políticos ativos e negativos. Inelegibilidades. Partidos políticos. Direitos políticos: positivos e negativos; direito ao sufrágio, ao voto e ao escrutínio; plebiscito e

referendo; elegibilidade e inelegibilidades; perda e suspensão dos direitos políticos.

21. Bases constitucionais da administração pública: princípios constitucionais aplicáveis.

22. Estado federal: organização, competências, autonomia e limitações da União, Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios.

23. Governo representativo: sistemas presidencial e parlamentar.

24. Princípio da separação de poderes.

25. Poder Legislativo: estrutura, funcionamento e atribuições; composição e organização; competências; comissões parlamentares de inquérito; imunidades parlamentares; processo legislativo; espécies normativas.

26. Poder Executivo: atribuições e responsabilização política; chefias de Estado, Governo e Administração; crimes de responsabilidade e impeachment.

27. Poder Judiciário: órgãos, garantias e competências.

28. Tribunal de Contas: poderes, funções e competências.

29. Intervenção: fundamentos, espécies e hipóteses; competência; requisitos; controles político e jurisdicional.

30. Ministério Público: o perfil constitucional do Ministério Público; garantias e funções institucionais do Ministério Público.

31. Advocacia Pública: Advocacia e Defensoria Pública.

32. Conselho Nacional da Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público.

33. Da defesa do Estado e das instituições democráticas. Estado de defesa e estado de sítio. Segurança pública.

34. A tributação e o orçamento.

35. A ordem econômica e financeira.

36. A ordem social.

DIREITO ADMINISTRATIVO:

1. Princípios do direito administrativo. A constitucionalização do Direito Administrativo. Princípios constitucionais da administração pública (Direito Constitucional Administrativo). Regime jurídico administrativo. Administração pública e os modelos de Estado. Princípios fundamentais da administração pública.

2. Administração pública e o princípio da probidade administrativa. O controle da probidade administrativa. Atos de improbidade administrativa e a Lei 8.429/92.

3. Teoria da organização administrativa. Desconcentração e descentralização. Administração pública direta e indireta. Figuras da administração indireta: autarquias, fundações públicas, empresas públicas e de economia mista; agências executivas e reguladoras; consórcio público; contratos de gestão entre a administração direta e as organizações sociais. Parceria público-privada (inclusive acerca da Lei n.º 11.079/2004). Entidades paraestatais e Terceiro Setor.

4. Poderes da administração pública. Discricionariedade e vinculação. Poder hierárquico. Poder disciplinar. Poder regulamentar. Poder de polícia. Polícia Sanitária. Abuso de poder. Atos administrativos. Conceito. Requisitos. Atributos. Classificação. Espécies. Atos de direito privado. Extinção dos atos administrativos. Invalidação do ato administrativo. Revogação do ato administrativo. Convalidação do ato administrativo.

5. Processo ou procedimento administrativo. Princípios. Espécies. Fases. Prescrição e decadência.

6. Licitação. O dever constitucional de licitar. Objetivos da licitação. Princípios do processo de licitação. Dispensa, dispensabilidade e inexigibilidade de licitação. Modalidades de licitação na Lei 8.666/93. Modalidade Pregão (Lei 10.520/02). Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC (Lei 12.262/11). Procedimento, anulação e revogação. Crimes e sanções penais.

7. Contratos administrativos. Noções e características. Espécies. Garantias. Cláusulas exorbitantes. Modalidades. Extinção dos contratos administrativos. Convênios.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Carlos Fábio Braga Monteiro
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Pedro Bezerra Filho
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Jefferson Neves de Carvalho
Corregedor-Geral do Ministério Público:
José Roque Nunes Marques
Secretária-Geral:
Leda Mara Nascimento Albuquerque

Câmaras Cíveis
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Antonina Maria de Castro do Couto Valle
Maria José da Silva Nazaré

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Léllo Launa Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Carlos Antônio Ferreira Coêlho
Maria José Silva de Aquino
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Alberto Nunes Lopes
Silvania Maria Mendonça Pinto dos Santos
Públio Calo Bessa Cyrino
José Hamilton Saraiva dos Santos
Noeme Tobias de Souza
José Roque Nunes Marques
Francisco das Chagas Santiago da Cruz

CONSELHO SUPERIOR

Carlos Fábio Braga Monteiro (Presidente)
José Roque Nunes Marques
Flávio Ferreira Lopes
Jussara Maria Pordeus e Silva
Públio Calo Bessa Cyrino
Antonina Maria de Castro do Couto Valle
José Hamilton Saraiva dos Santos

OUVIDORIA

Rita Augusta de Vasconcellos Dias

8. Responsabilidade extracontratual. Responsabilidade civil do Estado. Responsabilidade fiscal. Controle da administração pública. Controles internos e externos. Controles administrativo, legislativo e jurisdicional.

9. Agentes Públicos. Servidores públicos. Conceito. Normas constitucionais aplicáveis aos servidores. Organização. Regime jurídico. Princípio da acessibilidade aos cargos públicos. Concurso público. Provimento. Discricionariedade e ato de nomeação. Remuneração. Regime estatutário. Regime jurídico dos servidores do Estado do Amazonas. Cargos, empregos e funções públicas. Estabilidade. Exoneração e demissão do servidor público. Aposentadoria. Responsabilidade civil, criminal e administrativa do servidor. Regime disciplinar dos servidores públicos. Tipicidade. Sanção disciplinar. Sindicância e processo administrativo disciplinar.

10. Serviços públicos. Conceito. Princípios. Formas de prestação. Classificação. Delegação e outorga. Concessão. Permissão. Autorização.

11. Intervenção do Estado na ordem econômica e fomento de atividades privadas de interesse público. Consórcios públicos e gestão associada.

12. Bens públicos. Classificação dos bens públicos. Regime jurídico. Imprescritibilidade e impenhorabilidade. Afetação. Desafetação. Aquisição. Alienação. Limites ao direito de propriedade. Modalidades.

13. Desapropriação. Desapropriação indireta. Servidão e requisição administrativa. Tombamento. Ocupação temporária. Retrocessão. Tredestinação. Anulação.

14. Entendimento dos Tribunais sobre estes temas de Direito Administrativo, incluindo-se súmulas dos Tribunais Superiores pertinentes às matérias deste edital.

Manaus, 31 de março de 2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA,
PEDRO BEZERRA FILHO
Presidente da Comissão de Concurso, em substituição legal.

ATOS DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA

EXTRATO DE PROMOTORIA Nº 03/2016

Extrato de Portaria

Número 03/2016.
Inquérito Civil n. 003/2016 – PJPF/AM
Data da instauração: 22/03/2016
Investigado: Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.
Interessado: Ministério Público do Estado do Amazonas – Promotoria de Justiça de Presidente Figueiredo/AM.
Objeto: Investigar possíveis irregularidades na Obra de Construção da Creche Galo da Serra.

Romina Carmen Brito Carvalho
Promotora de Justiça

EXTRATO DE PROMOTORIA Nº 04/2016

Extrato de Portaria

Número 04/2016.
Inquérito Civil n. 004/2016 – PJPF/AM
Data da instauração: 22/03/2016
Investigado: Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo.
Interessado: Ministério Público do Estado do Amazonas – Promotoria de Justiça de Presidente Figueiredo/AM.
Objeto: Investigar se houve acúmulo irregular de cargos públicos pelos servidores indicados

Romina Carmen Brito Carvalho
Promotora de Justiça

EXTRATO DE PROMOTORIA Nº 05/2016

Extrato de Portaria

Número 05/2016.
Inquérito Civil n. 005/2016 – PJPF/AM
Data da instauração: 22/03/2016
Investigado: Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo.
Interessado: Ministério Público do Estado do Amazonas – Promotoria de Justiça de Presidente Figueiredo/AM.
Objeto: Investigar se há legislação municipal autorizando o pagamento do reajuste anual dos servidores públicos.

Romina Carmen Brito Carvalho
Promotora de Justiça

EXTRATO DE PROMOTORIA Nº 07/2016

Extrato de Portaria

Número 07/2016.
Inquérito Civil n. 007/2016 – PJPF/AM
Data da instauração: 22/03/2016
Investigado: Empresa Via Limpa e Município de Presidente Figueiredo.
Interessado: Ministério Público do Estado do Amazonas – Promotoria de Justiça de Presidente Figueiredo/AM.
Objeto: Investigar possíveis irregularidades nos procedimentos licitatórios da Empresa Via Limpa com o Município de Presidente Figueiredo.

Romina Carmen Brito Carvalho
Promotora de Justiça

EXTRATO DE PROMOTORIA Nº 006.2016

Extrato de Portaria

Número 06/2016.
Inquérito Civil n. 006/2016 – PJPF/AM
Data da instauração: 22/03/2016
Investigado: Empresa Dinâmica e Município de Presidente Figueiredo.
Interessado: Ministério Público do Estado do Amazonas – Promotoria de Justiça de Presidente Figueiredo/AM.
Objeto: Investigar possíveis irregularidades nos procedimentos licitatórios da Empresa Dinâmica com o Município de Presidente Figueiredo.

Romina Carmen Brito Carvalho
Promotora de Justiça

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 004.2016.70.1.1.1073879.2012.32023

EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO

INQUÉRITO CIVIL Nº 4849/2012-70a.PRODEPPP
Data do Arquivamento: 16 de Março de 2016
Promotoria: 70ª PRODEPPP
Requerido: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Objeto: NOTIFICA-SE O DENUNCIANTE, ANÔNIMO, nos autos do Inquérito Civil nº 4849/2012 – 70ª PRODEPPP, nos termos do art. 39, § 4º da Resolução CSMP-AM n. 006/2015, do teor de Promoção de Arquivamento

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Carlos Fábio Braga Monteiro
Subprocurador-Geral de Justiça para
Assuntos Jurídicos e Institucionais
Pedro Bezerra Filho
Subprocurador-Geral de Justiça para
Assuntos Administrativos
Jefferson Neves de Carvalho
Corregedor-Geral do Ministério Público:
José Roque Nunes Marques
Secretária-Geral:
Leda Mara Nascimento Albuquerque

Câmaras Cíveis
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Antonina Maria de Castro do Couto Valle
Maria José da Silva Nazaré

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Léllo Launa Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Carlos Antônio Ferreira Coêlho
Maria José Silva de Aquino
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Alberto Nunes Lopes
Silviana Maria Mendonça Pinto dos Santos
Públio Calo Bessa Cyrino
José Hamilton Saraiva dos Santos
Noeme Tobias de Souza
José Roque Nunes Marques
Francisco das Chagas Santiago da Cruz

CONSELHO SUPERIOR

Carlos Fábio Braga Monteiro (Presidente)
José Roque Nunes Marques
Flávio Ferreira Lopes
Jussara Maria Pordeus e Silva
Públio Calo Bessa Cyrino
Antonina Maria de Castro do Couto Valle
José Hamilton Saraiva dos Santos

OUVIDORIA

Rita Augusta de Vasconcellos Dias